

# Soubemos ultrapassar em pouco tempo os traumas de uma guerra injusta

4/9/84 N.

## — Presidente Samora Machel no Banquete oficial ao Chefe do Governo português

Sua Excelência Primeiro-Ministro do Governo da República Portuguesa.

Dr. Mário Soares, Senhora Dona Maria de Jesus Barroso Soares, ilustres membros da Delegação portuguesa,

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

É com grande alegria que temos o prazer de acolher na Pátria moçambicana a Vossa Excelência, o mais alto representante do Governo português e a ilustre delegação que o acompanha.

O Povo moçambicano recebe-vos de braços abertos e com a satisfação de ter no nosso País, representantes de um povo amigo a que nos une uma amizade profunda que a história se encarregou de selar para sempre.

Em nome do Povo e do Governo da República Popular de Moçambique, reiteramos a Vossa Excelência, senhor Primeiro-Ministro, a sua esposa e a distinta Delegação que o acompanha, as mais calorosas saudações de boas-vindas à terra moçambicana independente.

Sintam-se na República Popular de Moçambique como se estivessem na vossa própria casa. É esta a hospitalidade que o Povo moçambicano, vossos amigos, vos oferece generosamente.

O percurso trilhado pelos nossos Povos foi marcado por acidentes que a História nos impôs, de sofrimento comum, de dor, de luto, de tragédias humanas, produto da dominação, exploração e opressão de um regime que se abateu sobre os nossos povos. Comungando os ideais de independência, liberdade e democracia, os nossos Povos, em trincheiras diferentes, souberam erguer, com coragem e determinação, o espírito de rebeldia contra a tirania que os dominava. Vencemos!

Soubemos ultrapassar, em pouco tempo, os traumas que uma guerra

injusta produziu em nós, para hoje, com coragem e assumindo a História sem complexos, construímos relações de tipo novo entre os nossos dois povos, em liberdade e no respeito pleno da soberania de cada um.

É um grande prazer ter entre nós um combatente anti-fascista e anti-colonialista, um homem que, como nós, conheceu as amarguras do exílio e viveu intensamente a opressão, a despersonalização, a humilhação do regime fascista.

Mário Soares é um nome bem conhecido pelos moçambicanos.

É um companheiro da luta comum pela liberdade, pela paz, pela democracia. Guardamos com carinho nas nossas memórias, os contactos que mantivemos durante a guerra colonial com os seus companheiros de luta a quem nos ligam hoje profundos laços de amizade e camaradagem.

Acolhemos igualmente com carinho a sua esposa e nossa amiga Dona Maria de Jesus Barroso Soares, que assumiu com coragem e dignidade o seu papel de companheira nos momentos difíceis da luta anti-fascista.

É com emoção que nos recordamos que, há precisamente dez anos, Vossa Excelência, se encontrava reunido com uma Delegação da Frente de Libertação de Moçambique, em discussões decisivas que levariam, poucos dias depois, a que juntos assinássemos os históricos Acordos de Lusaka, que consagraram o fim do colonialismo em Moçambique e o início de uma nova era na história entre os nossos dois Povos.

Para além da feliz coincidência que nos aprez registar, vemos aí um símbolo da vontade comum de tornar ainda mais profundo e material o abraço que trocámos em Lusaka.

Senhor Primeiro-Ministro,

Vemos a vossa presença entre nós não apenas como um mero cumprimento do dever protocolar que as relações diplomáticas impõem, mas sim como a expressão da vontade do Portugal em aprofundar o conheci-

mento mútuo entre os nossos países em prol do reforço contínuo da nossa amizade e da cooperação entre os nossos dois Povos.

A sua presença na República Popular de Moçambique, senhor Primeiro-

Ministro, demonstra o desenvolvimento progressivo das nossas relações fraternais, baseadas num conhecimento recíproco e objetivo, para o que contribuíram as anteriores visitas oficiais ao nosso País do Chefe de Estado e do Primeiro-Ministro da República Portuguesa.

Recordemos aqui um dos momentos mais significativos desta visita que foi a assinatura, entre os nossos dois Estados, do Tratado de Amizade e Cooperação, Instrumento que nos gulará a um estágio superior da história entre os nossos povos. Este Tratado, assinado em apenas oito anos depois do fim da guerra colonial, correspondeu à exigência ma-



O Presidente Samora Machel, discursando no banquete oferecido ao Primeiro-Ministro Mário Soares

do vosso belo país, encontrámos a solidariedade, a amizade, a fraternidade do povo português vivamos em Portugal momentos de intensa emoção que ficaram gravados para sempre nos nossos corações.

Consideramos que contribuíram também para o desenvolvimento da

nosso belo país, encontrámos a solidariedade, a amizade, a fraternidade do povo português vivamos em Portugal momentos de intensa emoção que ficaram gravados para sempre nos nossos corações.

Recordemos aqui um dos momentos mais significativos desta visita que foi a assinatura, entre os nossos dois Estados, do Tratado de Amizade e

Cooperação, Instrumento que nos gulará a um estágio superior da história entre os nossos povos. Este Tratado, assinado em apenas oito anos depois do fim da guerra colonial, correspondeu à exigência ma-

lhasada pela vontade dos nossos dois Povos. Só as gerações futuras saberão avaliar, na sua justa dimensão, o alcance e o significado deste Tratado assinado entre a República Popular de Moçambique e a República Portuguesa.

Estamos convictos, Senhor Primeiro-Ministro, que a nossa cooperação irá alargar-se a novos sectores e aprofun-

dar-se com vantagens e benefícios mútuos.

Na base das relações privilegiadas que devem prevalecer entre os nossos países, consideramos ser fundamental a definição de um quadro estratégico para a nossa cooperação, tornando-a estável e duradoura.

Com a recente publicação da Lei dos Investimentos Estrangeiros na República Popular

mo certos de que melhores perspectivas se abriram para uma maior participação de interesses e empresários portugueses no desenvolvimento económico e social da República Popular de Moçambique, uma vez claramente definidas as áreas, os sectores e as fórmulas de possível cooperação no interesse dos nossos dois países.

O Governo da República Popular de Moçambique está empenhado em desenvolver com a República Portuguesa, uma cooperação sólida e histórica.

Estamos certos que, prosseguindo nesta via, conjugando os nossos recursos, as nossas capacidades e inteligência, atingiremos o nosso objectivo comum.

A presença de Vossa Excelência e da importante Delegação que o acompanha, a presença de um elevado número de empresários portugueses, são também testemunho desta vontade de caminharmos juntos na batalha pelo desenvolvimento dos nossos países.

Senhor Primeiro-Ministro,

A vossa visita realiza-se no momento em que o nosso Povo está arduamente empenhado na batalha gigantesca contra o subdesenvolvimento.

Nesta batalha, têm dado uma contribuição valiosa os cidadãos portugueses que aqui conosco trabalham.

Saudamos a iniciativa, o sacrifício, o espírito laborioso e empreendedor que caracteriza o trabalhador português na República Popular de Moçambique.

Saudamos e valorizamos altamente a participação e o contributo que os cidadãos portugueses prestam ao processo da reconstrução nacional.

Senhor Primeiro-Ministro,

A luta pela paz é hoje imperativo que move os povos de todo o mundo. A humanidade enfrenta o maior desafio de sempre pela sobrevivência do país, a ameaça das forças belicistas e militaristas põe em risco a existência da própria humanidade.

Apesar do fracasso verificado nas negociações entre a SWAPO e o Governo da República da África do Sul, surge como elemento positivo a considerar, o facto de terem sido abertos canais de comunicação entre as partes beligerantes na Namíbia, a SWAPO e o regime sul-africano.

Contudo, esta dinâmica só poderá resultar, se o regime sul-africano abandonar o princípio de condicionar a Independência da Namíbia à retirada das tropas inter-nacionalistas cubanas de Angola e aceitar iniciar o processo de independência na base da resolução 435 do Conselho da Segurança.

A República Popular de Moçambique manifesta a sua preocupação pela situação prevalecente em Timor-Leste, território ainda sob a jurisdição Portuguesa. A ocupação, o genocídio calculado, a repressão brutal do regime da Indonésia sobre o Povo de Timor-Leste tem suscitado uma crescente indignação da comunidade internacional.

Um problema colonial, exige dos Estados envolvidos no conflito, uma acção coerente e eficaz para que finalmente o Povo Maubere possa usufruir da liberdade e independência a que aspira e por que luta.

Fiel aos ideais de paz, liberdade e autodeterminação, e contra a política de ingerência e intervenção externas, a República Popular de Moçambique manifesta a sua preocupação pelos conflitos prevalecentes no Tchade e no Sahara e reitera a sua posição de se encontrar soluções pacíficas na base das resoluções da Organização de Unidade Africana.

As tensões e conflitos no Médio Oriente e na América Central e Caríbas, são factores perturbadores da paz e que têm preocupado a comunidade internacional.

A República Popular de Moçambique apoia os objectivos e a luta do Povo Palestino conduzida pela OLP, e os esforços do Grupo Contadora e do Governo Sandinista para a busca de soluções pacíficas, em particular para a Nicarágua e El Salvador.

O Povo moçambicano, porque conhece a guerra, é um povo amante da paz. Hoje, a luta pela paz constitui uma condição necessária para o desenvolvimento económico e social dos povos.

Uma das constantes da política externa da República Popular de Moçambique é a luta pelo desarmamento geral e completo.

Neste contexto, preocupamo-nos a instalação de mísseis nucleares de médio alcance na Europa Ocidental, e, na nossa zona, a tendência crescente para a militarização e nuclearização do Oceano Índico.

Partilhámos as iniciativas — os esforços para transformar o Oceano Índico livre de arsenais nucleares e em zona de paz.

Senhor Primeiro-Ministro, Excelências,

A África Austral, há séculos conhecida como zona de interesses de potências no quadro da estratégia de criação dos seus impérios, vem sendo palco, nos nossos dias, de conflitos e tensões que põem em

causa a paz e que os povos da região aspiram.

As recentes iniciativas dos Governos da República Popular de Moçambique e da República Popular de Angola, enquadram-se precisamente na luta persistente e prolongada para impor a paz aos atalhos da guerra e da confrontação. Temos apreciado a atitude positiva do Governo português em apoio a estas iniciativas.

É por isso dizemos parabéns. Con-

strutivas em busca de soluções negociadas para alcançar a paz, persistem ainda as causas da violência, sem a eliminação das quais não haverá paz segura e duradoura.

O «apartheid», o sistema institucional de divisão e discriminação racial vigente na África do Sul, constitui ainda o factor determinante da instabilidade e violência na África Austral.

Condenado pela comunidade internacional, nomeadamente por numerosas convenções e resoluções de diversas instâncias internacionais, o «apartheid» pretende surgir hoje com novas vestes, através das apregoadas reformas.

Paradoxalmente, estas reformas excluem a esmagadora maioria da população sul-africana e fracionam e dividem ainda mais os diversos grupos raciais que compõem a nação sul-africana.

A repressão, a discriminação, os assassinatos nas prisões, as deslocações forçadas das populações negras, a bantustanização, continuam a ser as linhas de força da política do «apartheid».

A maioria da população sul-africana continua a ser ainda estrangeira na sua própria pátria.

A República Popular de Moçambique reitera o seu apoio ao ANC no plano político, diplomático e moral, na sua luta pela conquista da igualdade, da justiça, da democracia e para a criação de uma nação sul-africana independentemente da raça ou cor, a pele dos seus cidadãos.

regime da África do Sul continua ainda a ocupação do território da Namíbia e a não cumprir as disposições internacionais consagradas na resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Apesar do fracasso verificado nas negociações entre a SWAPO e o Governo da República da África do Sul, surge como elemento positivo a considerar, o facto de terem sido abertos canais de comunicação entre as partes beligerantes na Namíbia, a SWAPO e o regime sul-africano.

Contudo, esta dinâmica só poderá resultar, se o regime sul-africano abandonar o princípio de condicionar a Independência da Namíbia à retirada das tropas inter-nacionalistas cubanas de Angola e aceitar iniciar o processo de independência na base da resolução 435 do Conselho da Segurança.

A República Popular de Moçambique exige igualmente o fim da ocupação sul-africana de partes do território da República Popular de Angola e a cessação do apoio ao banditismo armado contra o Governo legítimo do MPLA.

A República Popular de Moçambique exige ainda o fim das acções de desestabilização contra outros estados independentes da África Austral.

Está é a situação prevalecente na África Austral.

Senhor Primeiro-Ministro,

As conversações que esta tarde iniciamos foram caracterizadas por um ambiente de franqueza e entendimento mútuo e dão-nos a convicção de que a sua visita oficial à República Popular de Moçambique constituirá um passo decisivo a marcar no reforço e desenvolvimento de uma cooperação frutífera e duradeira entre os nossos dois Povos e Governos.

Temos a responsabilidade histórica, perante as gerações vindouras, de elevar os laços da nossa cooperação ao nível da amizade e fraternidade que unem indissolvelmente os nossos dois povos.

Renovamos a Vossa Excelência, Senhor Primeiro-Ministro, a sua esposa e a delegação que o acompanha, os votos de boas vindas à República Popular de Moçambique, Pátria livre, de um Povo heróico e amigo, que vos acolhe com alegria.

Convictos que esta visita constitui uma etapa importante no relacionamento entre os nossos dois povos, convicção os presentes que se juntem a mim num brinde:

A saúde de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, General Ramalho Eanes;

A saúde de Sua Excelência o Primeiro-Ministro da República Portuguesa, Dr. Mário Soares e de sua esposa Dona Maria de Jesus Barroso Soares;

A saúde dos membros da Delegação portuguesa;

A amizade e solidariedade entre o Povo português e o Povo moçambicano;

A saúde de todos os presentes;

Ao triunfo da paz e do progresso dos povos.

A LUTA CONTINUA! MUITO OBRIGADO!

## Somos por uma sólida amizade alicerçada no melhor dos nossos Povos

### — Primeiro Ministro Mário Soares, ao discursar no banquete em sua honra

No banquete que o Presidente Samora Machel ofereceu em sua honra, após ter desembarcado em Maputo, o Primeiro-Ministro de Portugal, Mário Soares, proferiu o seguinte discurso em resposta às palavras do Chefe do Estado moçambicano:

Permita-me Vossa Excelência que comece por exprimir a minha profunda satisfação por me encontrar hoje em Moçambique e que recorde com emoção outros encontros que constituiram marcos decisivos da nossa história comum: Lusaka, Dar-es-Salaam, Maputo, no Dia Solene da Independência, e Lisboa quando da sua triunfal visita a Portugal. Desejo também agradecer ao Povo moçambicano, na pessoa de Vossa Excelência, a forma amiga como me acolheu — e a Delegação que me acompanha — no momento em que se inicia o que desejamos possa vir a ser uma era ainda mais rica e mais significativa do nosso relacionamento.

Ao começar esta minha jornada por terras moçambicanas ocorre-me natu-

podemos considerar exemplar e que confere hoje às relações Luso-Moçambicanas carácter particularmente profundo. Dai que nenhuma ocasião me pareça mais apropriada do que esta para deixar claramente realçado perante Vossa Excelência o propósito do Governo Português de tudo conlidiar a fazer para, dentro dos condicionamentos financeiros que Portugal atravessa presentemente — e que seria irrealista esquecer — irmos ao encontro do que nos tor solicitado no sentido de colaborarmos de forma adequada no desenvolvimento e no progresso de Moçambique, e para o bem-estar do seu Povo, de modo a que este possa seguir o caminho por si próprio traçado, livre de quaisquer interferências externas.

Sabe Vossa Excelência, Senhor Presidente, — mas aqui igualmente o reitero hoje — como essa política é um imperativo nacional que transcende vicissitudes políticas de carácter conjuntural, mas que antes se inscreve em princípios que desde há muito nos guiam e continuarão a guiar no futuro,

rabre, por imperativo geográfico e por vocação histórica, na criação de um relacionamento mais justo e mais equilibrado entre a Europa e a África. Com efeito, Senhor Presidente, numa época de crescentes interdependências, em que os rápidos progressos no campo da ciência e no domínio tecnológico impõem a quem tem o encargo de governar desafios de crescente complexidade, importa que todos tenhamos consciência da necessidade de enfrentar com coragem e com determinação os delicados problemas que nos são postos pelas acentuadas diferenças de desenvolvimento e do nível de vida que separam os países ricos do Norte e os países menos desenvolvidos do Sul, e que, com o tempo, longe de se atenuar, antes se têm vindo a alargar, criando assim focos de tensão ou de instabilidade que não podem deixar de ter reflexos prejudiciais a nível da Comunidade Internacional.

É por ter consciência desses riscos e da necessidade de os superar que Portugal tem acompanhado com particular atenção todas as iniciativas que contribuem para dinamizar o chamado diálogo Norte-Sul, de modo a que, em conjunto, possamos encontrar formas adequadas de ajudar o Terceiro Mundo a vencer as graves problemas que se lhe põem em matéria de desenvolvimento económico e progresso social, num clima de justiça e em liberdade. Recordaria aqui, como exemplo dessa nossa preocupação, a recente Conferência de Lisboa organizada com o patrocínio do Conselho da Europa e cujas conclusões deverão ser devidamente mantidas e tomadas em conta, pelo apelo que contém à adopção generalizada de um princípio que desde o início tem norteado a nossa política de cooperação: o de que esta deve ser dotada da necessária criatividade e assentar no respeito pelo direito, pelas tradições e pelas possibilidades de cada qual, e valorizando ao mesmo tempo as interdependências entre países ricos e países pobres, fazendo-as jogar em benefício de todos, sem quaisquer preocupações egoístas, de modo a eliminar as contradições que existem entre os interesses próprios de cada qual e os objectivos comuns do progresso e do desenvolvimento que a todos anima.

Temos, porém, fundadas razões para esperar que os Acordos de Nkomati serão o primeiro e histórico marco numa via de abertura e de busca de um melhor entendimento entre a África do Sul e os Estados seus vizinhos, de modo a que se possa consolidar nesta região a possibilidade de se dedicarem em paz, em justiça e em liberdade ao desenvolvimento dos abundantes recursos ao seu dispor, quer através da sua própria iniciativa individual, quer através de esquemas de âmbito regional, como o SADC (Southern Africa Development and Coordination Conference) em cujos projectos, tão relevantes para a consolidação da independência e para o progresso dos países desta área, Portugal continuará a colaborar.

Deixaria ainda aqui um voto de esperança de que, prosseguindo o percurso iniciado em Lusaka e consagrado no entendimento a que então ali chegaram Angola e a África do Sul, fique para sempre removida do Povo moçambicano, a que nos prendem vínculos tão apertados, a ameaça de incursões armadas que levariam, infelizmente, no passado, o sofrimento e a destruição às populações sobretudo na vizinhança da Namíbia. E que, do mesmo passo, se lancem finalmente no futuro tão próximo quanto possível as bases de um entendimento justo que permita desbloquear o processo de independência daquele território e que se vem arrastando há demasiado tempo.

De igual modo, sejam-nos legítimo esperar que, guiada por um espírito genuíno de diálogo e tolerância, a África do Sul prossiga na via da concertação com os Estados seus vizinhos, avançando igualmente com coragem no caminho das reformas internas que tenham em devida consideração os direitos legítimos e as justas expectativas de todos quantos vivem adentro as suas fronteiras, liquidando o sistema do «apartheid» que sempre mereceu clara condenação.

Senhor Presidente,

durante os dias em que terá o privilégio de gozar a hospitalidade de

Senhor Presidente,

Senhor Presidente,

Senhor Primeiro-Ministro,

Senhor Primeiro-Ministro,

Senhor Primeiro-Ministro,

Vossa Excelência e do Povo moçambicano, não nos faltarão — assim o espero — oportunidades para prosseguirmos a troca de impressões, já hoje iniciadas em clima de total franqueza e sólida amizade.

Terei também ocasião de não só melhor ficar a conhecer a realidade moçambicana, como ainda a possibilidade de me encontrar com a Comunidade Portuguesa que vive em Moçambique e que tão devotadamente tem trabalhado, em circunstâncias nem sempre fáceis, para o progresso de Moçambique.

Parece-me importante que continue a assegurar-se aos que já aqui se encontram o respeito pelos seus direitos a liberdade e à justiça, e as condições indispensáveis a um trabalho honesto e frutuoso.

É através de um intercâmbio de portugueses e moçambicanos que poderemos melhorar o conhecimento mútuo dos dois povos e intensificar os laços que nos unem. Por isso estamos dispostos a receber todos aqueles cidadãos de Moçambique que queiram ir a Portugal aperfeiçoar os seus conhecimentos, frequentando as nossas escolas, em todos os graus e em todos os ramos. Aguardamos apenas que nos sejam indicados os sectores e definidas as prioridades.

Deslocar-me-ei igualmente ao Songo, para visitar o empreendimento de Cahora Bassa, para cuja viabilização não temos regateado esforços, nem sacrificios e que esperamos possa retomar pleno funcionamento a breve trecho, no seguimento dos Acordos de Nkomati e do Acordo assinado na Cidade do Cabo entre os nossos países e a África do Sul.

Senhor Presidente,

Esta minha primeira viagem oficial à África como Primeiro-Ministro de Portugal tem como objectivo fundamental trazer a Vossa Excelência e ao Povo moçambicano a fraternidade de Povo português e a sua solidariedade num momento particularmente importante da história do seu País. É igualmente meu desejo, e desejo do Governo a que presido, que esta se traduza, como disse no início, no reforço da nossa cooperação e amizade. Feitas deverão representar, na prática do dia-a-dia, a vontade dos nossos Governos em dar expressão concreta aos laços que unem portugueses e moçambicanos e às necessidades e interesses legítimos de ambas as partes. Estou certo de que o conseguiremos, sem dificuldade, se pudermos definir com clareza os nossos objectivos prioritários de acção; soubermos mobilizar os recursos disponíveis e arredarmos com determinação os obstáculos ou limitações que se levantam injustificadamente no nosso caminho.

É com estas palavras de confiança que termino, pedindo a todos os presentes que me acompanhem num brinde a Sua Excelência o Presidente da República Popular de Moçambique e à Senhora D. Graça Machel, ao Povo moçambicano e à amizade entre Portugal e Moçambique.



O Primeiro-Ministro de Portugal, Mário Soares, proferiu um discurso de retribuição, no banquete que lhe foi oferecido

almente ao espírito a forma tão espontânea quanto intensa como se manifestaram, durante a sua visita a Portugal, os sentimentos de amizade que ligam os nossos dois povos e que são fundados no vasto património histórico e cultural comum, bem como no respeito mútuo e no orgulho pelas respectivas raízes e identidades próprias.

É neste espírito que tanto Portugal como Moçambique têm sabido conduzir o seu relacionamento comum, que foi enriquecido nos últimos anos por laços de crescente cooperação e vários níveis e nos mais diversificados sectores, e que se encontram, hoje consagrados, a nível de Estados, pelo Tratado de Amizade e Cooperação, assinado em Lisboa na presença de Vossa Excelência. Porque é norteado pelos princípios da igualdade, da não-ingerência e da reciprocidade de vantagens, tem a nossa cooperação bilateral prosseguido num plano que

ditados como são por uma sólida amizade alicerçada no que de melhor os nossos povos souberam retirar de uma longa vivência em comum.

Este mesmo sentimento, que resulta de um espírito de verdadeira solidariedade, tem-nos levado a acompanhar igualmente com natural interesse o desenvolvimento dos outros países de língua oficial portuguesa, aos quais nos prendem laços muito particulares e com quem é nosso desejo fortalecer uma amizade que permita um relacionamento saudável, conduzido como à pela preocupação de ajudarmos, tanto quanto as nossas disponibilidades não-lo permitirem, ao progresso de novas sociedades que hoje vemos com legítima satisfação ocupar o lugar que lhes compete, como Estados livres e soberanos, na Comunidade Internacional.

Ao agir deste modo, tem sido igualmente preocupação de Portugal assumir de forma activa o papel que lhe